

O regime anda nervoso e a Polícia carrega as suas dores

Nyusi mandou suspender temporariamente o direito à manifestação?

Maputo (Canalmoz) – A Constituição da República de Moçambique diz que todos os cidadãos têm o direito a manifestarem-se, em conformidade com a lei. Apenas é necessário comunicar às autoridades. Mas as autoridades moçambicanas chamaram a si e de forma ilegal o poder de autorização de manifestações e, com base nisso, têm estado a impedir marchas e desfiles, e tal situação agravou-se perante a hipótese de manifestações contra as dívidas ocultas e contra o pedido de libertação de Manuel Chang formulado pelas autoridades da Justiça sul-africana. Desde então, qualquer tentativa de agrupamento de pessoas tem tido como resposta a violência. Na semana passada, até crianças da Escola “Nyuxisa” que iam desfilar a propósito da cultura moçambicana, numa actividade extra-curricular, foram cercadas pela Polícia, que impediu essa actividade. Isso aconteceu de-

pois de ter sido impedida a apresentação de uma peça teatral num evento privado do Parlamento Juvenil.

O regime de Filipe Nyusi anda nervoso. Na quinta-feira, o Fórum Mulher viu rejeitada a sua comunicação para uma marcha pacífica de repúdio à violência contra as mulheres e raparigas, em particular a violência sexual, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, que se celebra hoje, 8 de Março.

O pedido foi indeferido pelo Conselho Autárquico, com uma justificação absurda: “Em virtude de a marcha estar marcada para se realizar nas horas normais de trabalho, em vias de acesso estruturantes, podendo afectar o tráfego e causar congestionamentos. Por outro, o local previsto para destino final da marcha (Praça da Independência) funcionam instituições públicas que podem ser afectadas pela poluição

sonora do evento. No entanto, sugere-se que o requerente re programe as suas actividades para um fim-de-semana ou feriado”, lê-se no documento do Conselho Autárquico.

O Fórum Mulher diz que é tradição a celebração do Dia Internacional das Mulheres com marchas em todo o mundo, não sendo Moçambique uma excepção. Várias marchas já foram organizadas para comemorar esta efeméride.

O Fórum Mulher diz também que a marcha é pacífica, tal como tem sido tradição nas marchas de mulheres e acrescenta que, no dia 4 de Março, houve a celebração do Dia do Destacamento Feminino, momento que foi assinalado com uma marcha chefiada pela esposa do Presidente da República, Isaura Nyusi, marcha esta que partiu da Praça da OMM, até à Praça do Destacamento Feminino, acompanhada pela banda militar. Nesse percurso há instituições privadas, re-

apresentações diplomáticas, residências oficiais e até o edifício da Presidência da República, que se situa a cerca de cem metros de distância.

“Fica clara a existência de tratamentos diferenciados e a existência de filhas e enteadas nesta nação. De um lado, reprime-se, proíbe-se e controla-se as pacatas cidadãs, de outro lado, apoia-se, estimula-se, acarinha-se mulheres

ligadas ao poder. Somos todas mulheres, mas só algumas são sujeitas de direitos”, declara o Fórum Mulher, que considera que, nos últimos meses, nota-se com bastante apreensão o empenho das autoridades municipais em inviabilizar o direito das cidadãs e dos cidadãos à manifestação.

Por exemplo, no dia 21 de Janeiro de 2019, a Polícia foi enviada para as imediações do escritório do Centro de Integridade Pública

(CIP), o qual lançou uma campanha contra as dívidas ilegais, com o lema “Eu não pago dívidas ocultas”.

A acção da Polícia teve como intuito mandar tirar as camisetas oferecidas e intimidar as pessoas interessadas em participar na gravação de depoimentos individuais.

“Afim, de que havia medo? Que as crianças pusessem em causa a ordem pública? Que subvertessem o poder? Mas até que níveis do ridículo estamos dispostos a ir? Não há limites para a prepotência?”, pergunta o Fórum Mulher e acrescenta que causa alguma preocupação a forma grosseira como os princípios e valores de um Estado de Direito democrático, que Moçambique é, formalmente, têm sido violados pelas autoridades.

O Fórum Mulher tem um lema: “Queremos viver sem medo: basta de violência e opressão!”.

O Fórum Mulher diz que esta

situação de repressão e de controlo extravasa o âmbito local e coloca em grave risco a democracia e o que se foi construído como Direitos Humanos no país.

“Queremos, deste modo, repudiar esta postura das autoridades. Queremos manifestar a nossa preocupação pelo desrespeito da Constituição da República, a nossa inquietação em relação à afronta às cidadãs e cidadãos, sujeitos de direitos, quando estes realizam actividades que não são de âmbito partidário”.

No fecho desta edição, o “Canalmoz” soube que Eneas Comiche, presidente do Conselho Autárquico da Cidade de Maputo, voltou atrás quanto à sua decisão ilegal e autorizou a marcha, apesar de não ter poderes para o efeito, visto que a marcha está autorizada pela Constituição da República e não depende da autorização de Eneas Comiche. **(Reginaldo Mangue)**